

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA  
DA CÂMARA MUNICIPAL DA  
GUARDA REALIZADA NO DIA 12  
DE DEZEMBRO DE 2006 -----**

Aos doze dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e seis, nesta cidade da Guarda, no edifício dos Paços do Concelho e na sala de reuniões ao efeito destinada reuniu a Câmara Municipal da Guarda com a presença dos seguintes elementos: -----

Joaquim Carlos Dias Valente, Presidente, Virgílio Edgar Garcia Bento, Vitor Manuel Fazenda dos Santos, Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso, José António Almeida Gomes e João Manuel Costa do Rosário Bandurra, Vereadores.--

**ABERTURA**

Verificada a existência de quorum o Excelentíssimo Presidente declarou aberta a reunião quando eram nove horas e trinta minutos. -----

**FALTAS**

Verificou-se a falta da Senhora Vereadora Maria de Lurdes Saavedra Ribeiro tendo a Câmara considerado a mesma justificada. -----

**AGENDAMENTO**

Por proposta do Excelentíssimo Presidente a Câmara deliberou agendar para discussão e votação o seguinte assunto: -----

3.4 – REQUALIFICAÇÃO DO ACESSO À A25 – GUARDA NORTE –  
ABERTURA DE CONCURSO.-----

**ANTES DA ORDEM DO DIA**

Após o pedido de agendamento o Senhor Presidente evocou a data que se celebra hoje, 12 de Dezembro, 30 anos de poder Autárquico em Portugal.-----

Sobre este assunto referiu que pela primeira vez e só após o 25 de Abril, se realizaram eleições, para os Órgãos Autárquicos nas quais todos escolheram os

representantes, tendo o poder local desenvolvido um papel fundamental no desenvolvimento do país, nomeadamente do interior. -----

É que até à data, recordou, o poder exercido não era o poder local com autonomia, limitando-se a executar as directrizes que o Estado indicava, e os próprios protagonistas eram também por ele indicados. -----

Continuando, disse que esta é uma data muito importante, devendo evocar-se os milhares e milhares de autarcas que pelo país se disponibilizaram para ser protagonistas nas primeiras eleições livres que houve para as Autarquias, nas quais se pode escolher os representantes mais próximos, que desempenharam muitas vezes um papel incompreendido, e que na altura era a título cívico, até gratuito, e quando ainda ninguém sabia aquilo que ia ser o poder local, sendo verdadeiros heróis. -----

Também em termos de desenvolvimento, acrescentou, foram os verdadeiros actores, resolvendo muitos problemas que existiam e que no sistema centralizado não seria possível resolver com a mesma eficácia com que o foram. -----

Usou da palavra a Senhora Vereadora Ana Manso que disse pretender juntar o reconhecimento dos Senhores Vereadores do P.S.D. ao reconhecimento apresentado pelo Senhor Presidente relativamente aos 30 Anos do Poder Autárquico, reconhecimento esse a todos os Autarcas que estiveram e estão, e que foram os verdadeiros obreiros e arquitectos da democracia, e que considera como os pilares fundamentais deste Estado de Direito. -----

Continuando, a Senhora Vereadora disse serem políticos privilegiados, muitos deles na sua essência, porque para além do poder de decisão, podem perfeitamente avaliar os resultados dessas mesmas decisões através do conhecimento e do contacto directo que tem com as pessoas, e do conhecimento directo das situações.

Apesar dos pesares, disse, existem dificuldades e esta é uma fase difícil para a maioria dos Autarcas, que no entanto será ultrapassada. É um caminho de

enriquecimento, de crescimento e de valores acrescentados, muitos deles, muitas vezes, com o sacrificio pessoal e profissional de cada um dos Autarcas, que no dia a dia trabalham para que os seus munícipes tenham mais qualidade de vida e bem estar, pois, no final esse é o objectivo da democracia.-----

Prosseguindo a Senhora Vereadora lamentou a ocorrência no Parque do Hospital, de um acidente que apenas causou danos materiais em dois veículos particulares e num da VEMER, salientando positivamente a rapidez com que a Protecção Civil actuou.-----

Prosseguindo disse querer manifestar a sua preocupação relativamente a forma como está a ser feita a manutenção e a vigilância ao Parque da Saúde, uma vez que o mesmo tem árvores centenárias, que todos querem preservar, mas para isso é necessária uma manutenção, porque a segurança das pessoas tem que ser preservada.-----

Prosseguindo referiu que apesar do Parque, mais conhecido por Cerca do Hospital, ser da responsabilidade do IPPAR, faz todo o sentido alertar o mesmo para a necessidade de preservar a mesma, renovando-a em espécies, quer em quantidade quer em variedade.-----

Concluindo, a Senhora Vereadora questionou relativamente ao processo em nome de Marcolino Augusto Cerqueira, que havia sido combinado agendar, o motivo pelo qual o mesmo não havia sido agendado.-----

Usou da palavra o Senhor Director do Departamento de Planeamento e Urbanismo, depois de devidamente autorizado, para prestar esclarecimentos. -----

Interveio o Senhor Presidente que esclareceu que relativamente a esse processo, que o mesmo foi analisado e que havia sido elaborado um parecer que, pese embora bem elaborado, esquecia alguns pequenos pormenores.-----

Prosseguindo, o Senhor Presidente recordou que o Projecto havia sido aprovado, mas à data, eventualmente a cêrcea que o mesmo tem não era dominante, porque as

cérceas existentes eram de rés do chão, - e é natural que os bairros que tiveram uma época agora tenham outra, com aumentos de área, e a evolução será sempre de num bairro com aquela tipologia haver aumento de pisos -, mas o projecto foi aprovado, e muito bem, para o futuro. Vir agora o técnico dizer que não se respeitava a cércea dominante era voltar ao início, era pôr em causa “ a aprovação do projecto à data”, e portanto o que tem de ser corrigido, como é óbvio, e porque o projecto está aprovado, embora houvesse um aumento da cércea por indução, eventualmente, da casa ao lado. -----

Continuando, o Senhor Presidente esclareceu que políticos e técnicos se haviam debruçado sobre o assunto e entendido que o parecer não era conciso, nem preciso, relativamente ao que havia sido o parecer prévio, mas que o assunto será submetido à próxima reunião do Executivo, em moldes que permitam a tomada de uma decisão.-----

Usou da palavra a Senhora Vereadora Ana Manso que disse ser importante resolver o problema às pessoas, tanto mais que esta questão já se arrasta há anos, e já no mandato anterior o Executivo se deslocou ao local e até hoje não se resolveu o problema. -----

Interveio o Senhor Presidente que esclareceu que da análise do processo entendeu que se estava a colocar em causa um ponto que, a ser colocado, o haveria de ter sido logo no início. Continuando, esclareceu, por entender como importante, que no local também existe um desfasamento relativamente à cota de soleira, que disse admitir, também por razões naturais, porque ao lado existe um imóvel com a mesma cércea. -----

Concluindo, o Senhor Presidente disse serem estas as questões para as quais o Senhor Director do D.P.U. o havia alertado, bem como para o facto do parecer necessitar de uns ajustamentos, motivos pelos quais o processo não foi trazido a reunião de Câmara. -----

## ORDEM DO DIA

### 1. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

#### 1.1 – JOÃO PEDRO BRÁS PIRES – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO PRÉVIO DE ISENÇÃO DE IMT:-----

Foi presente um processo em nome de João Pedro Brás Pires, no qual se requer o reconhecimento prévio do direito à isenção do Imposto Municipal de Transmissão de Imóveis ao abrigo das Medidas de Incentivo ao Combate à Desertificação e Recuperação do Desenvolvimento nas áreas do Interior.-----

O pedido refere-se à aquisição de uma habitação própria, permanente, que pretende adquirir, sita na Rua Prof. Dr. Fernando Carvalho Rodrigues N.º B 3 – 2 – Guarda, cujo valor é de 108.000,00 Euros. -----

O requerente reúne as condições legais para poder beneficiar desta isenção. -----

*A Câmara deliberou deferir o pedido.*-----

#### 1.2 – NUNO MIGUEL FERNANDES RABAÇO – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO PRÉVIO DE ISENÇÃO DE IMT:-----

Foi presente um processo em nome de Nuno Miguel Fernandes Rabaço, no qual se requer o reconhecimento prévio do direito à isenção do Imposto Municipal de Transmissão de Imóveis ao abrigo das Medidas de Incentivo ao Combate à Desertificação e Recuperação do Desenvolvimento nas áreas do Interior.-----

O pedido refere-se à aquisição de uma habitação própria, permanente, que pretende adquirir, sita na Rua da Nascente, n.º10 – 3ª Esqº – Guarda, cujo valor é de 100.000,00 Euros. -----

O requerente reúne as condições legais para poder beneficiar desta isenção. -----

*A Câmara deliberou deferir o pedido.*-----

#### 1.3 – TEATRO MUNICIPAL DA GUARDA – PROPOSTA DE TARIFÁRIO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO:-----

Foi presente um ofício do Teatro Municipal da Guarda no qual se apresenta uma proposta de novo tarifário para o Parque de Estacionamento do TMG. -----

A mesma considera-se integralmente reproduzida fazendo parte integrante desta acta e fica arquivada na pasta de documentos respeitante a esta reunião. -----

Interveio o Senhor Presidente para informar que houve um aumento de ocupação no estacionamento, pese embora muitos lugares ainda continuem vagos, e que entende que a adopção do preçário apresentado poderá ser uma forma de estimular as pessoas, uma vez que o preço do estacionamento de superfície e no parque ficam equiparados, deixando-se o critério de opção quanto ao estacionamento a adoptar, não só por uma questão de rentabilidade e ocupação dos lugares, mas também por forma a libertar os estacionamentos de superfície. -----

Usou da palavra a Senhora Vereadora Ana Manso para, em primeiro lugar, realçar o facto de se assumirem os compromissos, uma vez que se está a proceder ao ajustamento das tarifas do estacionamento do T.M.G., tal como ficou acordado que iria ser feita a sua avaliação, de acordo com o que consta na Acta de 4 de Janeiro de 2006, e o facto desses ajustamentos serem feitos com alguma periodicidade relativamente à taxa de ocupação que se tem verificado nesse estacionamento. -----

Por outro lado, recordou que esses ajustamentos estavam a ser feitos nos termos exactos da Proposta apresentada pelos Senhores Vereadores do P.S.D., o que se pode constatar da leitura da Acta, onde tal consta, de uma forma clara, com uma taxa de 0,50 € - (Cinquenta Cêntimos) na 1.ª hora, facto com que disse congratular-se.-----

Concluindo, a Senhora Vereadora disse aguardar que, da mesma forma, dentro de algum tempo se proceda a nova avaliação e reajustamento se necessário, por forma a verificar-se qual a situação mais satisfatória, no sentido de se atingirem os objectivos pretendidos. -----

Interveio o Senhor Presidente para referi que este se trata de um processo dinâmico e que é nessa forma que o mesmo é entendido. -----

*A Câmara deliberou concordar com a proposta e aprovar o novo tarifário. -----*

#### **1.4 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DOS SMAS PARA O ANO DE 2007 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO: -----**

Foi presente para discussão e votação as Grandes Opções do Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados da Câmara Municipal da Guarda respeitante ao ano económico de 2007.-----

Interveio o Senhor Vereador Vítor Santos que referiu que os SMAS, para 2007, foram de encontro a um Orçamento de equilíbrio da própria unidade, tendo sido tomadas medidas em termos de actualização de taxas e reduções de custos, por forma a conseguir-se um Orçamento não inflacionado que permita o pagamento das facturas da Águas do Zêzere e Côa no ano de 2007, não tendo necessidade de recorrer a qualquer tipo de “Factoring”, o que provoca custos financeiros para a unidade orgânica.-----

Neste Orçamento estão contempladas obras internas, como os ramais adutores, ampliações, reservatórios e esgotos, estando as grandes obras enquadradas no PEAASAR 2007/2013, portanto no próximo quadro comunitário, para o que se tem previsto, realisticamente, uma diminuição de despesas face a 2006, na ordem dos 2.1 milhões de euros, o que implica em termos económicos e financeiros um cash-flow de mais ou menos 250 mil euros, o que permitirá já em 2007, criar investimentos essencialmente na aquisição de contadores para substituição e colocação de novos.-----

*Postos os documentos à votação, os mesmos foram aprovados por maioria, com três a favor, do senhor Presidente e dos senhores Vereadores Virgílio Bento e Vítor Santos. O senhor Presidente usou o voto de qualidade.-----*

*Votaram contra os senhores Vereadores Ana Manso, José Gomes e João Bandurra.* -----

A senhora Vereadora Ana Manso ditou para a acta a seguinte declaração de voto: --  
“Mantendo – se tudo quanto se disse quanto aos documentos previsionais da Câmara Municipal da Guarda para 2007, sempre se dirá que: da análise das contas, até agora, apresentadas pelo SMAS atingir – se – ia um cash flow positivo em 2008. -----

O orçamento agora apresentado pelo SMAS para 2007 reflecte já, medidas que se pretendem conducentes a uma progressiva autonomia dos SMAS relativamente às Águas do Zêzere e CÔA. -----

Sendo que é de louvar esta iniciativa, já questionamos a sua oportunidade. Com efeito, a situação de crise que o país atravessa e particularmente os sacrifícios que são pedidos às gentes do Interior e mais grave ainda a discriminação negativa de que tem sido alvo, motiva só por si um redobrar de preocupação por parte da Autarquia, na defesa dos seus munícipes. -----

Daí que a nossa posição já transmitida aquando da discussão do aumento do preço da água e das taxas de aluguer dos contadores e do saneamento, mantenha aqui toda a sua pertinácia. Assim, toda e qualquer medida que possa agravar as condições de vida dos Guardenses deve aguardar a melhoria das condições de vida das Famílias, e das empresas, tanto mais quando se trata do consumo de bens de primeira necessidade e as medidas anteriormente adoptadas se encontravam a surtir efeito. --  
Pelo exposto, os Vereadores do PSD votam desfavoravelmente a aprovação das GOP’S e Orçamento 2007 dos SMAS.” -----

**1.5 - GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DA GUARDA PARA O ANO DE 2007 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO:** -----

Foi presente para discussão e votação as Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal da Guarda respeitante ao ano económico de 2007.-----

Interveio o Senhor Presidente para dizer que o documento reflecte as preocupações para 2007 e em termos de Grandes Opções do Plano pretendia realçar os diferentes sectores onde são vertidos os projectos. -----

Relativamente às funções gerais, o enfoque vai para a modernização administrativa e para a higiene e segurança no trabalho, tendo por objectivo a formação pessoal e profissional de todos os que prestam serviços ao Município, ao Cidadão, e como objectivo primeiro a certificação dos serviços e de procedimentos. -----

Quanto às funções sociais, desde logo a educação, dando enfoque à realização e requalificação da Rede Escolar do 1.º Ciclo, tendo como objectivo os Centros Educativos do Vale do Zêzere, do Vale do Mondego, Póvoa do Mileu, Sequeira e S. Miguel, por forma a dar resposta àquilo que se prevê e que enuncia a Carta Educativa, Outro objectivo é a construção de um bloco habitacional, em S. Miguel, onde estava o antigo Jardim de Infância, por forma a poder realojar famílias, libertando pouco a pouco o espaço que está por trás do Parque Municipal. -----

Na matéria de Ordenamento do Território continuará a dar-se prioridade à execução dos Planos de Pormenor, foi ainda feito pelos Técnicos do Município o reajustamento de um projecto antigo, abandonado, que é a requalificação da envolvente da torre de menagem, à qual se pretende dar continuidade, bem como às intervenções no Centro Histórico e á requalificação dos bairros da Cidade, assunto abordado em todas as reuniões, existindo uma preocupação com as infra-estruturas que já se encontram algo degradadas, - tudo tem a sua época e durabilidade, tal como os materiais -, e requerem alguma intervenção urgente, pretende-se ainda iniciar o processo de ligação da VICEG aos terrenos do antigo matadouro.-----

Em termos de meio ambiente será dada continuidade às acções que têm sido desenvolvidas em termos pedagógicos e educativos da Quinta da Maúnça, nomeadamente no apoio às escolas e no investimento na educação ambiental de base. -----

Em termos de cultura, a Biblioteca é o maior alvo, sendo preocupação o “timing” de acabamento da mesma, até porque o Professor Eduardo Lourenço manifestou já a intenção de doar o seu espólio à Biblioteca que vai ter o seu nome, pelo que é uma preocupação de todos terminar com as obras da Biblioteca, bem como as instalações do CEI, localizadas no edifício contíguo. -----

Quanto ao desporto, existe uma nova política desportiva nacional para a valorização e beneficiação dos equipamentos desportivos tendo por base o desporto mais de massas, ao desporto mais de formação, e menos à competição, nesse sentido apostamos num relvado sintético, num equipamento que já tem infra-estruturas de apoio, que é o Zâmbito, no sentido de possibilitar à população da Guarda uma taxa de ocupação superior àquela que os relvados convencionais permitem, e também requalificar e continuar a manutenção de equipamentos existentes. -----

Na questão das acessibilidades, o que está vertido neste orçamento, e que também tem contribuído para o seu aumento, são as estradas, a beneficiação, a requalificação e até em alguns casos os novos troços de estrada, nomeadamente, trinta/videmonte, o acesso à Plataforma Logística, a estrada Pousade/Castanheira, Gagos/Monteiros, e também diversas obras de requalificação no Concelho, tendo por base a estas as situações de intempérie que nos têm fustigado e o facto da rede de estradas estar em avançado estado de degradação, o que é preocupante e requer da Câmara e do Executivo um esforço financeiro. -----

Na questão económica, mercados e feiras, o enfoque vai também para a continuação e conclusão das obras de infra-estrutura da Plataforma Logística, nomeadamente projectos que já estiveram presentes em reunião de Câmara e que foram concursados, e a execução da 2.<sup>a</sup> fase, que são os terrenos adjacentes à Plataforma Logística e que fazem parte da Zona Industrial da Guarda, bem como a ETAR. -----

No turismo, a promoção do património, a investigação e elaboração de uma Carta Municipal do Património, por forma a que quem nos visita tenha a oportunidade, - e os dados que temos neste momento é de que os turistas ficam dois ou três dias na Guarda - , de estar mais dias, sendo que é importante aumentar a sua estadia, promovendo sectores importantes e criando mais pólos de atracção para o efeito, âncoras para o desenvolvimento do turismo. -----

Usou da palavra a Senhora Vereadora Ana Manso que dizendo concordar no geral com as linhas de desenvolvimento estratégico espelhadas nas GOP's, até porque estão na continuidade das anteriores, realçando a sensibilidade social que continua, a requalificação urbana, - recuperando o que ficou em termos de intervenção quer na feira quer na Torre de Menagem, obras já programadas -, realçar também, as preocupações culturais referidas, na senda da continuidade que tem marcado este Executivo, a importância de uma Carta do Património, que disse fundamental, salientando que, quando se refere à Carta, não se refere ao documento em si, mas a uma estratégia de intervenção que tem de ser feita a montante, sob pena de, por exemplo, não ser possível fazer uma visita a um museu se este estiver fechado, pelo que há medidas que tem de ser tomadas previamente. -----

Prosseguindo, a Senhora Vereadora referiu que outra das questões que a preocupava era a dos resíduos sólidos, dizendo pretender apresentar uma questão pontual, por forma a que a mesma seja abordada de uma forma séria e responsável.

Continuando referiu não ser bonito passar numa rua da Cidade, nomeadamente do Centro Histórico, e porque nem sempre são colocados à hora da recolha, ver sacos de lixo rebentados e rasgados por animais, ou serem atirados de uma janela para a rua, como assistiu, tendo o lixo ficado espalhado. Esta situação, da recolha de lixo ao domicílio, é fundamental que seja resolvida, tanto mais que acontece numa rua que é um “Ex-libris”, e não é agradável aos turistas, ainda que só estejam cá um fim de semana, verem o lixo espalhado pelas ruas da cidade. -----

Interveio o Senhor Presidente que referiu que todos os processos têm a sua dinâmica e que a questão da recolha dos resíduos sólidos se manifesta de duas formas, por um lado o déficit de sensibilização e preocupação ambiental das pessoas, porque se estas assim o quisessem seria possível minorar esta situação, bastava que colocassem os sacos com os resíduos num horário próximo do da recolha, mas tal situação não acontece, nem tão pouco é possível legislar nesse sentido e os hábitos das pessoas não se alteram de um momento para o outro. -----

Mas esta, disse, é uma situação à qual se está atento, intervindo e regenerando e beneficiando as infra-estruturas públicas, como por exemplo a zona do Torreão e nas zonas onde há intervenções, criando ilhas ecológicas por forma a que pelo menos possibilitem, ou sejam um ponto de recepção de resíduos, para que as pessoas não tenham que lançar os mesmos na rua, para que mesmo aqueles que por motivos profissionais não têm disponibilidade de colocar o lixo na rua a horas, o possam fazer de uma forma correcta. -----

Concluindo, o Senhor Presidente reconheceu existir alguma razão de ser na intervenção da Senhora Vereadora, mas esclareceu, como aliás o havia já referido, que se está atento ao problema, que tem de ser tomada uma atitude relativamente ao mesmo, porque nesta matéria, não se está a trabalhar de forma tão eficaz e eficiente como seria necessário. -----

Usou da palavra a Senhora Vereadora Ana Manso que referiu não ser este o momento de se tratar desta matéria, mas que os Senhores Vereadores do P.S.D. sempre haviam defendido que não se devia acabar com o sistema anteriormente utilizado antes de se criarem alternativas, até porque toda a gente sabe que os sacos de plástico não são solução e é difícil legislar sobre o comportamento das pessoas. -

Continuando a Senhora Vereadora recordou que existem situações similares, do conhecimento de todos, em zonas históricas, onde não é bonito verem-se os contentores de lixo á superfície, por retirarem alguma da beleza histórico - cultural

dos locais, mas são encontradas alternativas, onde os contentores são integrados nas zonas de tal forma que parecem “invisíveis”, - recordando um caso nos Açores -, onde a zona estava limpa, sem quaisquer sinais de resíduos, o que de alguma forma também contribui para que os residentes ajam da forma correcta. -----

Usou da palavra o Senhor Vereador José Gomes que referiu que o documento apresenta um rumo e parece ter alguma estratégia, consubstanciando em 2007 o que se havia discutido e prevendo ao longo de 2006, e ao qual é preciso dar forma financeira, naturalmente em forma de Plano. -----

Continuando disse pretender referir algumas questões, e a primeira era o facto dos Senhores Vereadores do P.S.D. não terem participado na elaboração do documento, mas que esta era uma forma de trabalhar que os Senhores Vereadores tinham de aceitar. -----

A outra questão, e disse pensar que o documento falhava nesse aspecto, prende-se com o facto de ao longo dos anos o Orçamento vir sempre inflacionado e depois se verificar que apenas é possível executar 50 ou 60 %, e pagar ainda menos, e o somatório destas situações , ao longo dos tempos leva a situações de dificuldades financeiras que todos conhecem, mas que se houve a opção de se fazer desta forma é porque existem alguns dados relativamente ao ano de 2006, que mostram que o mesmo terá corrido melhor e que permite apresentar o documento que, nas suas rubricas globais é idêntico ao anterior, excepto em duas ou três questões pontuais, mas significativas, nomeadamente o apuramento das acessibilidades, o problema da PLIE e da Educação, mas que os Senhores Vereadores estavam com a maioria e com as dificuldades que o Concelho.-----

Estas, disse, eram as referências que queria fazer, mas que pretendia também fazer uma pergunta concreta, e da qual não se vê entende como suspeito porque a assume como tal e porque de uma forma discreta á muitos anos que tem acompanhado directa e indirectamente a actividade do Teatro “Aquilo”, discretamente, de forma a

que ninguém se aperceba, nomeadamente através da ADM Estrela, e verificou que os valores constantes do documento terão baixado, sendo que no ano 2005 e 2006 foi de 20.000 € - (Vinte Mil Euros) e agora estão previstos apenas 16.000 € - (Dezasseis Mil Euros), pelo que pretendia saber se o Teatro “Aquilo” deixou de cumprir com as suas obrigações, ou se há algum motivo para que tal tenha acontecido. -----

Interveio o Senhor Presidente porque referir que o Executivo Socialista já havia dado provas de sensibilidade e de saber ouvir, são tomadas notas das situações apresentadas pelos Senhores Vereadores do P.S.D., bem como das grandes preocupações apresentadas. -----

Relativamente à questão da elaboração do Orçamento, o Senhor Presidente esclareceu ter tido a oportunidade de assistir, num debate relativo às Autarquias do futuro, onde se realçava que cada vez mais devem ser formadas por Executivos de maioria sólida, em que quem ganha, absolutamente deve governar e criar uma base legislativa, mais sólida mais consistente e diversificada. -----

Por outro lado, disse, o Executivo tem cumprido a legislação, nomeadamente no que se refere ao Estatuto da oposição, tendo sido enviados a todos os partidos políticos com assento na Assembleia Municipal o documento, após a apreciação do mesmo pelo Executivo. -----

Relativamente às verbas, o Senhor Presidente esclareceu que, a igual modo do ano anterior, este ano se havia feito um corte de 10%, porque de facto a subsidio dependência que era bastante elevada relativamente àquilo que são os meios financeiros da Câmara, e quando um Orçamento de rigor e numa situação em que os meios financeiros não são aqueles que desejaríamos, todos têm de fazer sacrifício, foi essa a situação. -----

Nas questões das Associações Desportivas elaborou-se um documento aprovado por todos, um novo Regulamento de atribuição de subsídios com base no qual

foram atribuídos os subsídios, e disse ter a certeza que houve uma diminuição no ano anterior.-----

Usou da palavra o Senhor Vereador João Bandurra que disse pretender manifestar o seu desagrado pelo facto de mais uma instituição, o Conservatório de Musica de S. José, da Santa Casa da Misericórdia, não ter sido contemplada com o apoio anual que vinha a ser atribuído até ao ano passado, e que deixou de o ser, como aliás o havia já transmitido no ano passado, deixando a instituição com algumas dificuldades em manter o baixo nível de mensalidades, como pretendia, aos alunos, para que de uma maneira mais fácil tivessem aquele tipo de instrução e cultura, referenciado ainda que se trata de uma Instituição reconhecida, que colabora com a Autarquia e que presta um bom serviço à Cidade. -----

Interveio o Senhor Presidente que disse que não se colocava em causa a Instituição e a sua importância, mas que de facto já se compreendeu que os alunos dão sustentabilidade económica suficiente à Escola, alias tal foi já entendimento no passado, existindo também, se calhar, a questão da necessidade de um plano de actividades da própria escola, de um plano financeiro, mas que se assim o entendessem, se poderia eventualmente fazer uma reavaliação e rectificação da situação, para o que não via inconveniente. -----

Usou da palavra o Senhor Vereador João Bandurra para complementar a sua intervenção salientando que até à data não havia sido pago o subsídio atribuído em 2005. -----

Interveio o Senhor Presidente, que disse lamentar, mas que essa era a situação de cerca de 98% das Associações, mas que sobre esse assunto seria tratado posteriormente. -----

Interveio o Senhor Presidente para, relativamente ao Orçamento esclarecer que se tratava do mecanismo técnico que dá suporte à actividade da própria Autarquia e às Grandes Opções do Plano, onde estão vertidas todas as dívidas e tudo o que não foi

pago até 2005, até porque não se pode esconder a dívida, que tem de ser assumida, não se podendo fugir ao que é verdade em face dos investimentos feitos, nomeadamente na PLIE, nos financiamentos feitos para fazer face às questões de tesouraria, por forma a dar resposta a situações que não vale a pena continuar a falar delas e que tiveram um grande peso, as expropriações, o que levou a que automaticamente o Orçamento aumentasse relativamente ao ano anterior. -----

Prosseguindo, referiu que não se pretende demonstrar no presente Orçamento uma capacidade que na realidade não se possui, sendo preciso dizer que continua a ser um Orçamento de dívida, de despesa, e que relativamente ao aumento, queria dizer com toda a clareza que as receitas não aumentaram, pelo que se procurou um equilíbrio por forma a que as despesas também não aumentassem, sendo necessário fazer algumas correcções na elaboração do Orçamento, caso não tivesse havido o aumento da dívida, nomeadamente na PLIE e também outros pequenos acertos. ----

Continuando, o Senhor Presidente salientou que, caso a Lei das Finanças fosse apresentada no próximo ano, para precaver que eventualmente as transferências não sejam feitas, o presente Orçamento já contemplava uma verba, cativa, relativamente ao excesso de endividamento, daí também ter aumentado, e aumento de cerca de 76 ou 77 milhões de euros para 88 milhões de euros, sendo aqui que está a diferença. --

Em termos de despesa há um aumento na cativação do TEF ou endividamento, na casa dos 6 milhões de euros, há também em termos de expropriação, vertidas no Orçamento, verbas no valor de 3.4 milhões, e 4 milhões na PLIE. Depois à também o aumento, ainda que pequeno, dos salários, os subsídios das taxas de juros com os empréstimos que existem, com os transportes escolares, e na educação com o ensino de inglês e com outras práticas de matérias curriculares, também os encargos com o pessoal, sendo importante que se diga que em termos curriculares, em termos de reorganização de carreiras à aumento de custos, e a diferença dos 3 milhões está aqui. -----

Usou da palavra o Senhor Vereador José Gomes, que referiu ser um problema o facto de se começarem tantas empreitadas como as constantes do documento, e a grande opção é incluírem-se todas ou não, ou então definir quais as empreitadas que começam em 2007 e quais começam em 2008.-----

Interveio o Senhor Presidente que esclareceu que constavam já do Orçamento, a maior parte das quais são empreitadas cujos Concursos já estão em execução, mas que não tinham cobertura em termos de financiamento.-----

Usou da palavra o Senhor Vereador José Gomes para constatar que as mesmas já estavam em preparação.-----

Interveio o Senhor Presidente para responder afirmativamente referindo que com a assinatura do Protocolo com as Estradas de Portugal, se criaram condições para que obras fossem lançadas e candidatas, como é o caso da estrada Trinta/Videmonte, o acesso á Plataforma Logística, a Estrada N18, entre Seixo Amarelo/Gonçalo, que se havia esquecido de referir anteriormente, bem como a empreitada do Vale do Mondego (N16, Faia, Ramalhosa), já constante do Orçamento do ano passado, mas a descoberto, eram portanto estradas que, através do Protocolo com as Estradas de Portugal ficam asseguradas num bolo. Continuando, disse ter recebido a IP5, A ligação à Rotunda do Bairro de S. Domingos, onde terá de ser feito um esforço financeiro de 50%, e o acesso da A23 à rotunda do Parque Industrial.-----

***Postos os documentos à votação, os mesmos foram aprovados por maioria, com três a favor, do senhor Presidente e dos senhores Vereadores Virgílio Bento e Vítor Santos.***-----

***Abstiveram-se os senhores Vereadores Ana Manso, José Gomes e João Bandurra.***-----

A senhora Vereadora Ana Manso ditou para a acta a seguinte declaração de voto: --

“ O orçamento da CMG para o ano de 2007, parecendo seguir a linha de orientação já adoptada em 2006, tem, no entanto, especificidades que o desvirtuam. -----

O novo referencial legislativo marcado pela Lei do Orçamento de Estado de 2007 e pela nova Lei das Finanças Locais, como sempre salientámos, penaliza o desenvolvimento sustentável do Concelho e agrava a situação económico-financeira da Autarquia. -----

Posto isto, do ponto de vista da sua elaboração e apresentação técnica, nada temos a opor aos documentos em discussão – GOP’S e Orçamento para o ano de 2007. Contudo, eles traduzem o resultado de políticas económicas financeiras e sociais com as quais, o PSD não se identifica. -----

Com efeito, no que toca às receitas e despesas orçamentadas e depois de uma diminuição significativa de 15% em 2006, assistimos agora, para 2007, a um aumento incompreensível de 18,2%. Tanto mais incompreensível, quando esse aumento se verifica com maior incidência nas despesas correntes, do que nas despesas de capital. Aumenta-se 29,4% ou seja 8 milhões de euros nas despesas correntes e apenas 12,1% nas despesas de capital, privilegiando-se o consumo em detrimento do investimento gerador de maior riqueza e mais emprego. -----

Quando a nível nacional o aumento das despesas correntes é de apenas 2,9%, a solução encontrada para a Guarda não pode deixar de nos preocupar. É que, este orçamento espelha um continuar do aumento com as despesas da máquina da CMG, o que nos leva a dizer que as propaladas medidas de gestão racional e por objectivos não estão a ser eficientes e muito menos eficazes. Por outro lado, no campo do investimento, onde aí sim devíamos apostar, porque gerador de riqueza, o aumento é muito menor, pouco mais que um terço do aumento das despesas correntes. -----

Claro que, por questões técnicas e de rigor contabilístico as receitas tiveram que acompanhar as despesas, numa engenharia financeira que esperemos seja

acompanhada a nível de execução orçamental, acabando, a final, por produzir os benefícios de que a Guarda necessita. -----

Posto isto, na verdade, estamos perante um orçamento que se desvia da linha seguida para 2006, uma vez que em valores absolutos em 2006 foi prevista a verba de 75,1 milhões de Euros (menos 13,4 milhões que em 2005), e em 2007 está prevista a verba de 88,8 milhões ou seja mais 13,7 milhões que em 2006. -----

Quando se propôs a declaração de ruptura financeira da CMG, quando se aumentou o endividamento da CMG, quando, em virtude dessa situação se adiam ou desorçamentam obras estruturais e se adiam as transferências e com isso se asfixiam as Freguesias, que medidas são tomadas para sustentar esta situação? Do orçamento não se vislumbra qualquer medida que traduza as preocupações que têm vindo a ser transmitidas. -----

Daí a nossa abstenção na votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2007. “ -----

## **2. CULTURA, EDUCAÇÃO, DESPORTO E TEMPOS LIVRES**

### **2.1 – ESCOLA BASICA DO 1.º CICLO DE SANTA ZITA – PEDIDO DE SUBSÍDIO PARA EDIÇÃO DE JORNAL ESCOLAR: -----**

Foi presente um ofício da Escola Básica do 1º Ciclo de Santa Zita no qual se solicita a concessão de um subsídio para custear as despesas com a edição e divulgação do seu jornal escolar “Desejo de voar”. -----

*A Câmara deliberou apoiar e conceder a verba de 300,00 Euros (trezentos euros).*

### **2.2 – VERBAS PARA AQUECIMENTO ESCOLAR – PROPOSTA DO PELOURO DA EDUCAÇÃO: -----**

Sobre este assunto foi presente uma proposta do Pelouro da Educação, do seguinte teor: -----

#### **PROPOSTA**

De acordo com os procedimentos habituais, torna-se necessário autorizar o pagamento às Juntas de Freguesia das verbas da rubrica Aquecimento Escolar, referente aos Jardins de Infância e Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico do Concelho da Guarda, relativamente ao ano lectivo 2006.2007. -----

Desta forma deverá o Executivo Municipal deliberar no sentido de proceder à transferência das verbas indicadas para as Juntas de Freguesia rurais, definidas segundo o seguinte critério:-----

- 350,00 Euros por cada sala de aulas -----

- 150,00 Euros por cada estabelecimento de ensino com Componente de Apoio à Família ou ATL.-----

Para conhecimento de V.Ex.<sup>a</sup>, apresenta-se em anexo a lista dos estabelecimentos de ensino de cada um dos sectores, correspondendo esta transferência a um total de 28.700,00 Euros (vinte e oito mil e setecentos euros) – sendo 12.100,00 (doze mil e cem euros) da Educação Pré-Escolar e 16.600,00 Euros (dezasseis mil e seiscentos euros) do 1º Ciclo do Ensino Básico.”-----

A lista dá-se como integralmente reproduzida fazendo parte integrante desta acta e fica arquivada na pasta de documentos respeitante a esta reunião.-----

*A Câmara deliberou aprovar a proposta e transferir as verbas.* -----

### **3. OBRAS PÚBLICAS**

#### **3.1 – EMPREITADA “MUSEU DE ARTE SACRA – PAÇO EPISCOPAL – CONSOLIDAÇÃO DE ESTRUTURAS” – AUTO DE RECEPÇÃO PROVISÓRIA:-----**

Foi presente o auto de recepção provisória respeitante à obra em epígrafe adjudicada à firma Lourenço, Simões & Reis, Ld<sup>a</sup>, por contrato n.º27/06, de 2 de Junho, em que a comissão de recepção depois de verificar que todos os trabalhos se encontram executados de acordo com o projecto e caderno de encargos a consideram em condições de ser recebida provisoriamente. -----

*A Câmara tomou conhecimento.*-----

**3.2 – EMPREITADA “MUSEU DE ARTE SACRA – PAÇO EPISCOPAL – CONSOLIDAÇÃO DE ESTRUTURAS” – CONTA FINAL FINANCEIRA:---**

Foi presente uma informação do DOM na qual se informa que a conta final financeira da obra em epígrafe se cifrou no montante total de 20.541,29 Euros (vinte mil quinhentos e quarenta e um euros e vinte e nove cêntimos). -----

*A Câmara tomou conhecimento.*-----

**3.3 – EMPREITADA “PAVILHÃO COBERTO C+S DE S. MIGUEL – COBERTURA” – RELATÓRIO FINAL DE ANÁLISE DE PROPOSTAS:----**

Foi presente de novo o processo de concurso respeitante à obra em epígrafe após o decurso do prazo de audiência prévia dos concorrentes. -----

*A Câmara após o decurso do prazo de audiência prévia dos concorrentes e não se tendo verificado a apresentação de qualquer reclamação, deliberou adjudicar a obra à firma Beiratrês, Lda, pelo valor de 24.480,00 Euros (vinte e quatro mil quatrocentos e oitenta euros) e um prazo de execução de 30 dias.*-----

**3.4 – REQUALIFICAÇÃO DO ACESSO À A25 – GUARDA NORTE – ABERTURA DE CONCURSO.**-----

Foi presente para apreciação e aprovação o projecto respeitante à obra em epígrafe devidamente elaborado pelo DOM – Divisão de Vias e Trânsito desta Câmara Municipal.-----

*A Câmara deliberou aprovar o projecto, programa de concurso e caderno de encargos e abrir concurso público para execução desta obra.*-----

**DESPACHOS DA PRESIDÊNCIA**

O Excelentíssimo Presidente deu conhecimento dos despachos proferidos sobre os processos de obras ao abrigo das competências que lhe foram delegadas pela Câmara Municipal. -----

*A Câmara tomou conhecimento.*-----

### **DESPESAS AUTORIZADAS**

Foi presente uma relação das autorizações de pagamento emitidas e autorizadas pela Excelentíssimo Presidente ao abrigo das competências que lhe foram delegadas pela Câmara Municipal em reunião de 9 de Novembro de 2005 bem como as que lhe estão cometidas por competência própria no período de 1 a 7 de Dezembro de 2006. -----

*A Câmara tomou conhecimento.* -----

### **ENCERRAMENTO**

As deliberações em que não é feita referência à votação foram tomadas por unanimidade tendo esta acta sido aprovada em minuta para efeitos de eficácia e executoriedade imediata. -----

Não havendo mais nada a tratar o Excelentíssimo Presidente declarou encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente acta que vai ser assinada por ele, pelos senhores Vereadores presentes e por mim

Director de Departamento Administrativo que a subscrevi.-----